

Breves considerações sobre o Estado capitalista¹

Angelita Matos Souza²

O livro de Perissinotto (2000), trata, por meio de uma exaustiva pesquisa histórica, de um tema fundamental à Ciência Política: o processo de formação do Estado burguês no Brasil, localizando no advento da República o marco inicial a partir do qual se estabelecerão as mudanças legais e institucionais necessárias à “modernização” do Estado em São Paulo, o estado mais importante da recém criada Federação brasileira. E o faz a partir da análise das relações (conflituosas) entre o poder político e o poder econômico – ou seja, das relações que se estabeleceram entre a cúpula burocrática e a burguesia cafeeira –, sem limitar sua investigação à mera identificação das mudanças institucionais no aparelho de Estado, ao mesmo tempo em que recusa qualquer visão instrumentalista deste por parte da classe dominante (e é sobre este aspecto em especial que iremos nos deter).

O estudo, de certa forma, vem complementar um trabalho anterior (Perissinotto, 1994), no qual o autor, operando com a idéia *poulantziana* de hegemonia, logrou demonstrar que o grande capital cafeeiro foi a fração da classe dominante prioritária e sistematicamente beneficiada pela política estatal, notadamente pela política econômica do Estado brasileiro. Mas há, como indicaremos, continuidade e ruptura entre as duas obras.

A continuidade consiste em que, no livro anterior, analisou-se a política econômica do Estado da perspectiva dos resultados para a reprodução de certos interesses dominantes – os da fração hegemônica. E, conforme observa o autor: “(...) num estudo ... [daquela] natureza, o Estado aparece apenas como um ‘produtor de políticas’ que, por sua vez, reproduzem certas relações sociais de dominação e de subordinação, gerando efeitos e reações que ao analista cabe detectar. Neste tipo de análise não devemos perguntar ‘como’ se decide, mas ‘o quê’ se decide e quais os efeitos das decisões sobre as relações de classe da sociedade em pauta” (p. 27).

Trata-se agora de tomar o outro caminho. Todavia, menos importante que investigar o “como” se decidiu, interessa ao autor desenvolver a hipótese mais geral de que “(...) a partir do advento da República, a alta burocracia paulista constituiu-se cada vez mais em um grupo consciente de seus interesses e propenso a agir autonomamente, com o objetivo de fortalecer as prerrogativas do aparelho estatal em detrimento das prerrogativas de classe, gerando conflitos com o grande capital cafeeiro e contribuindo para embaralhar ainda mais a já complexa cena política paulista e, por conseqüência, do próprio País” (Perissinotto, 2000).

1 Resenha elaborada a partir de Perissinotto (2000).

2 Mestre em Ciência Política – Unicamp. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)/Doutoranda em História Econômica – Unicamp. Instituto de Economia (IE).

Grosso modo, diríamos que pretende-se agora dar vida ao Estado, e é desta perspectiva que identificamos rupturas com a obra anterior. Talvez o termo ruptura nem seja o mais adequado, mas existe por parte do autor uma certa dificuldade em continuar operando com a idéia *poulantziana* de hegemonia. Isto porque, no afã de se contrapor à teses recorrentes na historiografia brasileira sobre a República Velha (tais como: total identificação do Estado com a classe dominante, que o instrumentalizaria; existência de um Estado liberal, pouco intervencionista), a análise do autor tende, digamos assim, a ampliar demasiadamente a autonomia do Estado. Segundo Perissinotto:

“(...) esses ‘homens de Estado’ (...) buscaram garantir a reprodução ampliada do setor exportador [cafeeiro]. Mas o fizeram (...) guiados por orientação própria, determinada pelas preocupações propriamente estatais. Assim, o apoio à acumulação cafeeira e o controle de seus mecanismos não foram determinados imediatamente pelo interesse em aumentar os lucros dos agentes econômicos, mas sim com vistas a assegurar os recursos financeiros do Estado, a estabilidade de seu orçamento e o equilíbrio da balança de contas. (...) É claro, entretanto, que a reprodução da sociedade exportadora significava perpetuar as formas de dominação que lhes eram características, beneficiando a fração de classe que nela ocupava posição privilegiada” (p. 195-196).

É a coincidência de interesses – os interesses da fração hegemônica coincidem com os do “Estado” – que portanto determina a constante reprodução dos interesses do grande capital cafeeiro pela política estatal. Podemos deduzir, portanto, que se tal coincidência não existisse a realidade teria sido diferente?

O problema maior dessa linha de argumentação é que aparentemente a análise do autor resvala para um tipo de interpretação que enxerga no Estado (na ação da sua burocracia) o *locus* da racionalidade, em oposição àqueles que só perseguem interesses particulares e imediatos. Todavia esta seria uma avaliação errônea (e injusta) do trabalho de Perissinotto. Menos que de um “*weberianismo* recalcado”, as dificuldades de sua análise envolvem a complexidade mesmo do objeto Estado;³ bem como às dificuldades de aplicabilidade do conceito *poulantziano* de burocratismo – concatenado à definição da burocracia como categoria social específica e à idéia de autonomia relativa do Estado –, conciliando-o com a idéia de hegemonia no interior do bloco no poder.⁴

Não há dúvidas de que Poulantzas avançou ao rejeitar qualquer visão do Estado identificado diretamente ao capital, em especial àquelas – *a la* Miliband – centradas na origem social (burguesa) da burocracia do Estado, insistindo o autor na

3 Não fosse assim o debate acerca do Estado capitalista, das suas relações com o processo de acumulação de capital, já teria alcançado resultados mais consistentes no campo do marxismo.

4 Como escreveu Décio Saes (1998), “(...) a teoria do ‘político em geral’ apresentada em *Poder político e classes sociais* tem uma função sobretudo preparatória: a função de pôr de pé os instrumentos teóricos minimamente necessários à construção da ‘teoria regional do político’ no modo de produção capitalista em particular”, trazendo “um turbilhão de sugestões e indicações suscetíveis de serem desenvolvidas ulteriormente” (p. 47). E é neste campo, o do desenvolvimento das sugestões e indicações de Poulantzas, que localizamos as contribuições teóricas do trabalho de Perissinotto.

identificação objetiva (e permanente) entre a função geral do Estado, enquanto fator de coesão nas formações sociais capitalistas, e os interesses gerais da classe dominante. Não obstante, a análise de Poulantzas acaba sendo simplista na medida em que, como escreveu Perissinotto (2000):

“A idéia de que há uma identificação ‘objetiva’ inescapável entre os ‘interesses a longo prazo’ da classe dominante e a ‘função objetiva’ do Estado no interior do sistema social (...) ‘pressupõe’ uma capacidade reprodutiva do Estado que parece-nos ser francamente exagerada e pouco explicada por Poulantzas. Na verdade, este autor ‘pressupõe’ que o Estado será ‘sempre’ bem sucedido no exercício de sua função geral, isto é, ser o fator de coesão da formação social na qual ele opera, e, portanto, no atendimento dos interesses a longo prazo da fração hegemônica. (...) e, [ao] estabelecer uma ‘relação necessária’ entre as ações daquele [o Estado] e os ‘interesses gerais’ desta [a fração hegemônica], a própria idéia de autonomia ou especificidade do aparelho do estado estatal se esvai, já que este e seus agentes (a burocracia) estão, em última instância, ‘destinados’ a cumprir uma função que lhes é objetiva e exteriormente atribuída pelas exigências a longo prazo da dominação de classe (ou pelas imposições objetivas do sistema), exigências que devem ser cumpridas inexoravelmente” (p. 33).

Talvez por isso Perissinotto irá procurar avançar nas sugestões e indicações de Poulantzas distinguindo nitidamente “‘Estado’ e ‘fração hegemônica’ como duas ‘entidades’ separadas e com identidades próprias, ainda que objetivamente articuladas pelos **imperativos do mundo material**” (Grifo nosso). Por “imperativos do mundo material” devemos entender a convergência dos interesses materiais, enfatizada pelo autor, da burocracia de Estado e do capital cafeeiro, na reprodução e expansão da economia exportadora (de onde provém a maior parte dos recursos financeiros do Estado). Convergência de interesses que abre “um amplo campo para o conflito entre ambos [Estado e burguesia cafeeira] e para as conseqüências imponderáveis resultantes desse conflito” (Perissinotto, 2000), os quais o autor vai explorar, por meio do estudo dos conflitos no período em torno da política fiscal, procurando resgatar a dinâmica do processo decisório estatal e a própria autonomia relativa do Estado neste processo.

Neste sentido seu trabalho é muito bem sucedido, porém acreditamos que o êxito do autor teria sido maior se fosse mais aprofundado, no estudo do caso brasileiro, a aplicação do conceito de hegemonia, no sentido tanto *poulantziano* como *gramsciano*, explorando **politicamente** o processo pelo qual os interesses da fração hegemônica se transformam nos interesses gerais do bloco no poder e estes em interesses gerais da Nação (em especial de São Paulo), a serem perseguidos pela burocracia do Estado. Todos os fatores estão envolvidos nesse processo: a função “objetiva” do Estado, a origem social da burocracia, a convergência de interesses materiais entre burocracia e classe dominante e, sobretudo, os efeitos da luta política – político-ideológicos e econômicos – de uma dada conjuntura concreta sobre o processo decisório estatal.

Lendo o livro, aliás, ocorreu-me a idéia de que, talvez relacionando a análise do autor à problemática dos períodos de transição, avançaríamos mais sobre as

dificuldades mencionadas. Isto porque, nos períodos de transição, o Estado tende a antecipar-se às demais dimensões da estrutura social – a estrutura econômica e a dimensão das práticas de classes – e a modernização do Estado é um dos aspectos centrais nos processos de transição capitalista. Diríamos que este é um dos aspectos da primazia do político em se tratando dos períodos de transição. Desta perspectiva, além de se avançar no campo dos estudos sobre o processo de formação do Estado burguês no Brasil (para o qual a obra de Perissinotto já contribui valorosamente), seria, acreditamos, mais pertinente operar com o conceito *poulantziano* de burocratismo (na linha de argumentação de Perissinotto) concatenado à idéia de hegemonia no interior do bloco no poder. Evidentemente não é a facilidade que suscita a hipótese e, sim, a identificação do período entre 1889 e 1930 como sendo a primeira etapa da transição política capitalista no Brasil.

É claro que é fácil, tendo em mãos os resultados da pesquisa empreendida por Perissinotto, especular sobre os caminhos que a interpretação poderia ter percorrido. Todavia, o objetivo desta breve incursão foi apenas o de chamar atenção para o caráter instigante da obra do autor que vale pelo pioneirismo, ainda mais em se tratando do período em questão, mas sobretudo pela gama de questões “teórico-analíticas” que suscita, ancoradas numa pesquisa histórica extremamente rica.

Referências bibliográficas

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930*. São Paulo: Annablume, 2000.

SAES, Décio A. M. A autonomia relativa do Estado. *Crítica Marxista*, n. 7, 1998.